

DIREITO PORTUARIO BRASILEIRO

- Lei 12.815
- Porto Organizado
- Poligonal
- Arrendamento e Autorização
- Arbitragem

CESAR PEREIRA

RAFAEL WALLBACH SCHWIND

Organizadores

Marcial Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

Direito portuário brasileiro: Lei 12.815, porto organizado, poligonal, arrendamento e autorização, arbitragem

Organizadores: Cesar Pereira / Rafael Wallbach Schwind

Autores: Alexandre Wagner Nester / Aline Lícia Klein / André Castro Carvalho / André Guskow Cardoso / André Rosilho / Caio Cesar Figueiroa / Carlos Ari Sundfeld / Carolina Caiado Lima Rodrigues / Carolina Raboni Ferreira / Célio Lucas Milano / Celso Antônio Bandeira de Mello / Cesar Pereira / Cristiana Maria Melhado Araujo Lima / Danilo Tavares da Silva / Dinorá Adelaide Musetti Grotti / Diogo Albanzeze Gomes Ribeiro / Fernando Muniz Santos / Fernão Justen de Oliveira / Floriano de Azevedo Marques Neto / Frederico Favacho / Joel de Menezes Niebuhr / José Vicente Santos de Mendonça / Juarez Freitas / Juliane Erthal de Carvalho / Luiz Henrique Werneck de Oliveira / Marçal Justen Filho / Maria Camila Cozzi Pires de Oliveira Dias / Maria Sylvia Zanella Di Pietro / Maurício Araquam de Sousa / Mayara Bezerra / Osvaldo Agripino de Castro Junior / Rafael Munhoz de Mello / Rafael Porto Lovato / Rafael Wallbach Schwind / Renata Nadalin Meireles Schirato / Rita Maria Borges Franco / Roberta Jardim de Moraes / Rodrigo Pironti Aguirre de Castro / Sérgio Guerra / Vitor Rhein Schirato

Os autores desta publicação gozam de liberdade de expressão, cabendo-lhes a responsabilidade exclusiva pelas ideias contidas em seus respectivos textos.

Capa: Nacho Pons

Preparação e editoração eletrônica: Ida Gouveia / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

D635

Direito portuário brasileiro : lei 12.815, porto organizado, poligonal, arrendamento e autorização, arbitragem / organização Cesar Pereira, Rafael Wallbach Schwind. - 1. ed. - São Paulo : Marcial Pons, 2015.

ISBN 978-85-66722-36-9

1. Direito marítimo - Brasil. 2. Portos - Legislação - Brasil. I. Pereira, Cesar. II. Schwind, Rafael Wallbach. III. Título.

15-28252

CDU-347.79(81)

© Cesar Pereira e Rafael Wallbach Schwind, Organizadores

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 17/5, Torre Sul
Jardim Paulistano CEP 01452-002 São Paulo-SP

☎ (11) 3192.3733

www.marcialpons.com.br

Impresso no Brasil [11-2015]

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CONTEÚDOS RESUMOS E ABSTRACTS.....	13

PARTE I

Aspectos gerais do direito portuário

O marco regulatório do setor portuário brasileiro.....	45
CESAR PEREIRA RAFAEL WALLBACH SCHWIND	
Evolução do marco regulatório do setor portuário no Brasil.....	77
SÉRGIO GUERRA	
Tendências do transporte marítimo mundial e sua contextualização para o planejamento portuário brasileiro	95
LUIZ HENRIQUE WERNECK DE OLIVEIRA	

PARTE II

Revisão das poligonais e seus aspectos processuais

Esboço de guia jurídico para a revisão das poligonais de portos organizados	118
JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA	
As consultas e audiências públicas no âmbito do direito portuário: validade e eficácia.....	129
ANDRÉ GUSKOW CARDOSO	

PARTE III

Terminais portuários públicos e privados

Diferenças entre terminais portuários de uso público e de uso privado	153
DINORÁ ADELAIDE MUNETTI GROTTI	
CRISTIANA MARIA MELHADO ARAUJO LIMA	
A dicotomia terminal público e terminal privado na nova Lei dos Portos: uma revisão de como chegamos ao modelo atual e quais os seus desafios	172
FREDERICO FAVACHO	
Diferenças entre terminais de uso público e de uso privado: licitação, chamamento público e processo seletivo.....	186
DANILO TAVARES DA SILVA	
CAROLINA CAIADO LIMA RODRIGUES	
Diferenças entre terminais portuários de uso público e de uso privado	197
MAURÍCIO ARAQUAM DE SOUSA	
Breves notas sobre a defesa da concorrência na nova Lei dos Portos	214
OSVALDO AGRIPINO DE CASTRO JUNIOR	
Terminais portuários de uso privado: uma análise a partir do novo marco regulatório.....	233
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO	
RAFAEL PORTO LOVATO	
A nova Lei de Portos e a valorização da concorrência nos serviços públicos	244
CAIO CESAR FIGUEIROA	
ANDRÉ CASTRO CARVALHO	

PARTE IV

Porto organizado e poligonais

Alteração da poligonal de porto organizado: requisitos materiais segundo a Lei 12.815/2013	259
MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	

Porto organizado – consulta pública – delimitação da poligonal	276
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	
O regime jurídico das atividades portuárias e seus reflexos sobre a delimitação do porto organizado	291
MARÇAL JUSTEN FILHO	
A redefinição da poligonal do porto organizado como mecanismo de desenvolvimento do setor portuário	314
CARLOS ARI SUNDFELD	
ANDRÉ ROSILHO	
Delimitação da poligonal dos portos organizados e o regime jurídico dos bens públicos.....	334
FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	
Poligonal dos portos organizados, consulta pública e impacto regulatório	358
JUAREZ FREITAS	
Redefinição das poligonais dos portos organizados brasileiros e o conflito porto-cidade: oportunidade ou ameaça?	373
LUIZ HENRIQUE WERNECK DE OLIVEIRA	
O porto organizado como bem público e a delimitação da sua área.....	393
ALINE LÍCIA KLEIN	
Portos: o novo marco regulatório e a delimitação das áreas dos portos organizados	406
CÉLIO LUCAS MILANO	
As poligonais dos portos organizados e o regime jurídico de exploração dos terminais portuários	417
DIOGO ALBANEZE GOMES RIBEIRO	
Instalações portuárias e serviço público: requisitos e efeitos da definição de poligonais dos portos organizados	430
VITOR RHEIN SCHIRATO	
RENATA NADALIN MEIRELES SCHIRATO	

PARTE V

Gestão do porto organizado e bens privados

Área do porto organizado e bens particulares: análise dos arts. 2.º, 17, 59 e 68 da Lei 12.815/2013..... 453

FERNANDO MUNIZ SANTOS

CAROLINA RABONI FERREIRA

Os riscos para a gestão ambiental dos portos organizados decorrentes de alteração de poligonais..... 469

ROBERTA JARDIM DE MORAIS

RITA MARIA BORGES FRANCO

MARIA CAMILA COZZI PIRES DE OLIVEIRA DIAS

MAYARA BEZERRA

PARTE VI

Terminais arrendados e aspectos contratuais

O direito dos arrendatários ao reequilíbrio econômico-financeiro provocado pela assimetria concorrencial e pelo novo marco regulatório do setor portuário..... 479

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

Prorrogação dos contratos de arrendamento portuário 494

RAFAEL WALLBACH SCHWIND

PARTE VII

Infraestrutura portuária

A natureza jurídica da autorização para exploração da infraestrutura portuária..... 519

JULIANE ERTHAL DE CARVALHO

O processo prévio para outorga de autorizações portuárias..... 533

ALEXANDRE WAGNER NESTER

SUMÁRIO

11

Concessão administrativa de dragagem por resultado	544
FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA	

PARTE VIII

Arbitragem no setor portuário

Arbitragem no setor portuário: análise do Decreto 8.465/2015.....	563
RAFAEL MUNHOZ DE MELLO	

Arbitragem no setor portuário: o Decreto 8.465 e sua aplicação prática...	577
CESAR PEREIRA	